



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº 006/2021

Processo nº 2021.021.000083-4-PR

Data: 24/08/2021

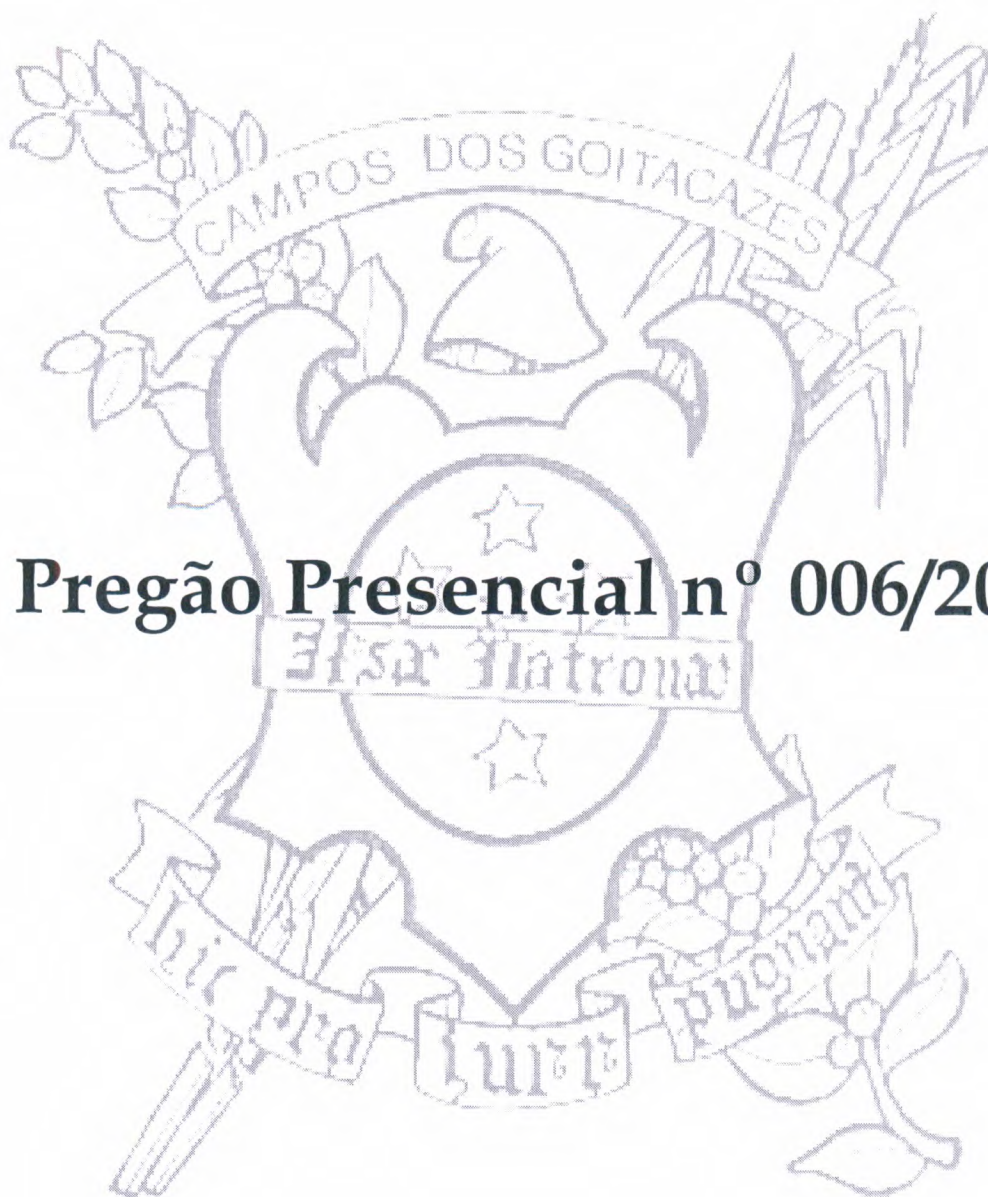
Comissão

Fis.:

ZES

Rubrica:

58



Pregão Presencial nº 006/2021

Processo nº 2021.021.000083-4-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47 - Parque Santo Amaro, telefone nº (22) 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial, **EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA**, cujo Edital recebeu o nº 006/2021 para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (dez horas) do dia 01 de outubro de 2021, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é **aquisição de Materiais de Utensílios Domésticos, para estruturação do equipamento, Abrigo Provisório Manoel Cartucho**, descrito nos Anexos I e VII deste Edital.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1 - A participação neste Pregão é exclusiva para **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS EQUIPARADAS**, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal nº 8.768/17.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame aquelas definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.1.3 - Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI apto a participar do presente certame aquele definido no Art. 18A da Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado na Lei Complementar nº 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4 - Equiparam-se as ME e EPP as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5 - Deverão apresentar a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5 – Não será admitida a participação de Licitantes que não apresentarem a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP – Anexo VI.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível no www.portaldoempreendedor.gov.br.

4.1.3- Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

4.1.4- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, **documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.**



4.1.5- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (esta com firma reconhecida), em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME ou EPP

5.1 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao pregoeiro em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”.

5.2 – A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 – Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 – Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.15- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

7.16- Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.17- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.18- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.18.1- Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.18.2- Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.19- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.18**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.20- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.

7.21- O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.22- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes a final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

8.1.2.2- Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.8- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa, segundo disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As **microempresas e empresas de pequeno** porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.18**.

8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado desta licitação.

8.3.1.1- Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.1.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como detentor do registro.

8.3.1.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); encaminhará o(s) mesmo(s) ao(s) licitante(s) classificado(s) em 2º lugar (em cada item, conforme o caso), devendo, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.1.4- Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.1.1 e estando a empresa **sem representação (independente do motivo)**, **caberá o pregoeiro definir os itens que serão** registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

8.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.2.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

8.3.2.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (este com firma reconhecida), comprovando já forneceu, de maneira satisfatória, materiais semelhantes ao objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.



8.5.2 – As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato, Estatuto Social ou documento equivalente, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo o pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese alguma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.2- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13.1 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.



Comissão	Fis.: 42
Assinatura	Rubrica: [assinatura]

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no fornecimento**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo Programa de Trabalho 08.244.0102.4073.0000, Fonte de Recurso 224 e pela Natureza de Despesa 339030.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - PRAZO DE ENTREGA

12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 15 (quinze) dias, conforme item 7 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pelo **Fundo Municipal de Assistência Social**.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da **Ordem de fornecimento** a ser emitida pelo **Fundo Municipal de Assistência Social**.

12.1.3- Em se tratando de compras, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- O licitante vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado, no **Abrigo Provisório Manoel Cartucho**, situado na Avenida José Alves de Azevedo, nº 579 -

Parque Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ, conforme item 8 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pelo **Fundo Municipal de Assistência Social**.

12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral, conforme Termo de Referência.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação do Fundo **Municipal de Assistência Social** para a sua formalização, devendo a empresa estar portando os certificados de regularidade perante o FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ou certidão positiva com efeito negativo.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou através do seguinte email: pregao@campos.rj.gov.br.**

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE, protocoladas no endereço supracitado.**

15- DO VALOR

15.1- O valor total estimado pelo **Fundo Municipal de Assistência Social**, para esta licitação, é de **R\$ 7.080,40 (sete mil e oitenta reais e quarenta centavos).**

16- DO PAGAMENTO

16.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **Fundo Municipal de Assistência Social** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após o fornecimento.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela

de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo.

16.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

16.4 - O pagamento da parcela será efetuado pelo **Fundo Municipal de Assistência Social** à **CONTRATADA**, até 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

16.5 - O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa do **Fundo Municipal de Assistência Social**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.6 - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido a Ilustríssima Senhora Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

16.7- Caso o **Fundo Municipal de Assistência Social** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.8 - Na hipótese da cobrança apresentar erros, o **Fundo Municipal de Assistência Social** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.8.1 - O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

16.9 - Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo,



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº 006/2021

Processo nº 2021.021.000083-4-PR

Data: 24/08/2021

Comissão	Fis.
Assessoria	45
Assessoria	Rubrica:

vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.3- O pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscite a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

17.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

17.5- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

17.6- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

17.7- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 24 de agosto de 2021.


Rodrigo Nogueira de Carvalho
- Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social -



Comissão	Fis.: 76
Assessoria	Rubrica: [assinatura]
Processo nº	2021.021.000083-4-PR

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência)	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
Item 1 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAÇAROLA - PANELA LINHA HOTEL INDUSTRIAL N°50- 41 LITROS. Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	01			
Item 2 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAÇAROLA - PANELA GRANDE INDUSTRIAL ALUMÍNIO N° 36/ 16,3 LITROS. Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	02			
Item 3 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAÇAROLA - PANELA LINHA HOTEL EM ALUMINIO N° 26 (6 Litros) . Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	03			
Item 4 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAÇAROLA - PANELA LINHA HOTEL EM ALUMINIO N° 30 (10 Litros) . Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	03			
Item 5 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CALDEIRÃO - PANELA GRANDE INDUSTRIAL ALUMÍNIO N° 40 - 49LTS. Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	01			
Item 6 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAIXA PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 1,5 LITROS. Caixa plástica branca: C 280 x L 170 x A 50, em polietileno branco virgem; Utilizadas como caixas para alimentos, caixas plásticas para freezer e caixas plástica para câmara frigorífica	UNID	02			



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

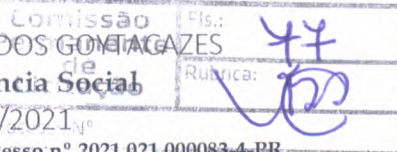
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOMES

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº 006/2021

Processo nº 2021.021.000083-4-PR

Data: 24/08/2021



ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência)	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
Item 7 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAIXA PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 3 LITROS, Caixa plástica branca: C 330 x L 230 x A 60 mm. em polietileno branco virgem; Utilizadas como caixas para alimentos, caixas plásticas para freezer e caixas plástica para câmara frigorífica	UNID	02			
Item 8 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAIXA PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 11 LITROS - CAIXA PARA ALIMENTOS, Caixa plástica branca: C 390 x L 280 x A 130 mm. em polietileno branco virgem; Utilizadas como caixas para alimentos, caixas plásticas para freezer e caixas plástica para câmara frigorífica	UNID	03			
Item 9 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAIXA PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 6 LITROS, Caixa plástica branca: C 390 x L 280 x A 75 mm. em polietileno branco virgem; Utilizadas como caixas para alimentos, caixas plásticas para freezer e caixas plástica para câmara frigorífica	UNID	02			
Item 10 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	COLHER PARA SERVIR EM AÇO INOX 35,8 CM Aproximadamente 35cm de altura, em aço inox AISI 304, liga 18/10, atóxico, com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão.	UNID	04			
Item 11 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CONCHA LINHA HOTEL N° 15 EM ALUMÍNIO, Concha em alumínio polido nº15 linha hotel, feita em alumínio de primeira, qualidade, forte, higiênico e resistente;-medidas: comprimento total: 58cm; comprimento do cabo: 41cm; diâmetro da concha: 15cm	UNID	02			
Item 12 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	COLHER DE MESA SOPA AÇO INOX, Em aço inox AISI 302. Medindo 20cm (C) x 4,5cm (L) x 2,3cm (A). com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão.	UNID	24			
Item 13 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	COPO PLÁSTICO 380ML, medindo 7,6 cm x 11,2 cm altura (380 ml), Produzido com alta resistência mecânica e térmica. Copo plástico transparente em polipropileno pp, copo normatizado conforme abnt 14865:2012. Selo Inmetro	UNID	24			



ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência)	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
Item 14 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC Nº 123/06)	CHALEIRA INDUSTRIAL Nº24, 7 LITROS. Chaleira inox industrial nº 24 com alça baquelite capacidade 7 litros.	UNID	02			
Item 15 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC Nº 123/06)	ESCUMADEIRA BUFFET EM INOX 32CM. Escumadeira em aço inox; Feito 100% em aço inox, não enferruja, Comprimento total: 32cm.	UNID	03			
Item 16 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC Nº 123/06)	ESCUMADEIRA AÇO INOX 51CM INDUSTRIAL, Escumadeira Aço Inox quadrada, cabo com alça, Largura- 13cm Altura- 51cm, Material- Aço Inox.	UNID	01			
Item 17 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC Nº 123/06)	FACA PROFISSIONAL 8 POLEGADAS CABO BRANCO, Cabo de polipropileno texturizado. Lâmina de aço inox DIN 1.4110. Medida aproximada: 33,7cm (C) x 4,6cm (L) x 2,2cm (A). Ideal para corte de carnes em geral.	UNID	03			
Item 18 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC Nº 123/06)	FACA PROFISSIONAL 5,7 POLEGADA CABO AMARELO PARA DESOSSAR, Cabo de polipropileno texturizado. Lâmina de aço inox DIN 1.4110. Medida aproximada: 25,2cm (C) x 3,6cm (L) x 1,9cm (A). Ideal para desossar carnes.	UNID	02			
Item 19 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC Nº 123/06)	FACA DE COZINHA RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL 06 POLEGADAS EM INOX, Cabo de polipropileno texturizado. Lâmina de aço inox temperado. Ideal para descascar, cortar e picar alimentos. Medida aproximada: 29,0cm (C) x 4,5cm(L)x1,9cm, Ideal para cortes variados no pré-preparo.	UNID	03			
Item 20 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC Nº 123/06)	FACA DE MESA GRANDE AÇO INOX, Em aço inox AISI 302. Medindo 22cm (C) x 2cm (L) x 2cm (A). com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão.	UNID	24			
Item 21 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC Nº 123/06)	KIT 3 FRIGIDEIRAS DE ALUMÍNIO INDUSTRIAL - Linha hotel, cabo de baquelite (resina quimicamente estável e resistente ao calor).Nº 26(2,4L)/28(2,8L)/30(3,8L).	KIT	01			



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GONTIACAZES

Fundo Municipal de Assistência Social

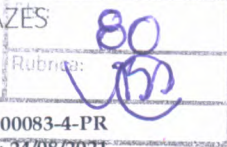
Pregão Presencial nº 006/2021

Processo nº 2021.021.000083-4-PR

Data: 24/08/2021

Comissão	Fls.: 79
de	
Rubrica:	

ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência)	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
Item 22 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	GARFO DE MESA GRANDE AÇO INOX, Altura/comprimento: 197mm. Espessura: 2,00mm. em aço inox AISI 304, liga 18/10, atóxico, com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão.	UNID	24			
Item 23 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	PASSADOR DE ARROZ Nº50 ESCORREDOR INDUSTRIAL LINHA NACIONAL. Em alumínio polido industrial, Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	01			
Item 24 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL ALUMÍNIO 20 L. capacidade mínima para 20litros. Confeccionada em alumínio polido, com fechamento externo, asas permitindo a abertura e fechamento, assim como o manuseio, válvula de segurança repetitiva que deverá atuar caso haja entupimento no pino de saída de vapor;	UNID	01			
Item 25 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	PRATO FUNDO - VIDRO - Liso nas partes internas e externas, formato arredondado. Pigmentação homogênea em toda peça, acabamento polido brilhante, resistente a temperatura. Volume: 600 mL. Cor padrão: branco.	UNID	24			
Item 26 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	TÁBUA DE CORTE POLIETILENO 45CM C/ CANALETA composição: polietileno medidas aprox.: 45cm x 25cm	UNID	02			
Item 27 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	Kit C/ 12 PRATO FUNDO BRANCO REFEIÇÃO, Plástico Prolipropileno 25cm, com abas: em polipropileno, com abas, empilhável. Liso nas partes internas e externas, formato arredondado. Pigmentação homogênea em toda peça, acabamento polido brilhante, resistente a temperatura de 100 Celsius por 20 minutos. Volume: 600 mL. Cor padrão: branco.	UNID	05			
Total da Proposta: R\$						
Total Geral da Proposta: R\$						



O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 006/2021, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 006/2021, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no **item 03** do Termo de Referência, elaborado pela .

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo





Anexo II – Minuta de Contrato

CONTRATO N° ____/2021.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E A EMPRESA _____.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com sede na _____, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, _____, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da licitação nº 006/2021, **MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, de acordo com o processo nº 2021.021.000083-4-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente é **aquisição de Materiais de Utensílios Domésticos, para estruturação do equipamento, Abrigo Provisório Manoel Cartucho**, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto, no processo nº 2021.021.000083-4-PR e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;

[assinatura] 24



- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 006/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



Comissão Permanente de Licitação	Fis: 83
	Rubrica:

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____, já incluso todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado, de forma parcelada, pelo **CONTRATANTE**, após cada entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____, correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho P.T. _____ e pela Natureza de Despesa _____, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

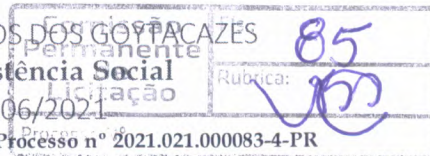
Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei nº 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficarà o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo total para entrega do objeto deste contrato é de 15 (quinze) dias, de forma integral, de acordo com o Termo de Referência (Anexo VII do edital da licitação).

PARÁGRAFO ÚNICO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da ordem formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral, nos termos do Termo de Referência (Anexo VII).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 006/2021, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2021.021.000083-4-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº 006/2021

Processo nº 2021.021.000083-4-PR

Data: 24/08/2021

Comissão	Fis:
Assessoria	Rubrica:

[Handwritten signature]

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, _____ de _____ de 2021.

Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratada:

Testemunhas:



Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula de
Identidade nº e CPF sob o nº
a participar da Licitação instaurada pelo *FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*,
na modalidade **PREGÃO nº 006/2021**, suprarreferenciada, na qualidade de *Representante
legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa
....., **bem como formular propostas,**
negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e
praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, dede 2021.

**Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante**



Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 006/2021

.....
(nome da empresa)

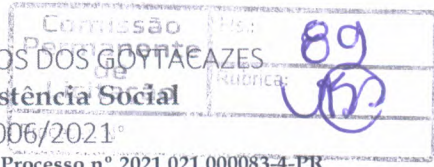
inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por
intermédio de seu representante legal o (a) Sr
(a)....., portador (a) da Carteira de
Identidade nº..... e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho
de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2021.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

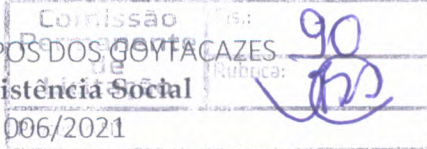
.....,

(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº 006/2021**.

Campos dos Goytacazes, de de 2021.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP
(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 006/2021

.....(razão social do licitante) com
endereço na

.....
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções
definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais
para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte
(EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº
123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em
qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar,**
sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº
123, de 14/12/2006.

() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art.
34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2021.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial nº 006/2021

Processo nº 2021.021.000083-4-PR

Data: 24/08/2021

Processo nº 2021.021.000083-4-PR	91
Assinatura: [assinatura]	Rubrica: [assinatura]

Anexo VII – Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de Materiais de Utensílios Domésticos, para estruturação do equipamento, Abrigo Provisório Manoel Cartucho, mediante realização de processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial, menor preço por item, conforme especificações técnicas e quantitativas deste Termo de Referência.

2 – JUSTIFICATIVA

Tem como finalidade atender a demanda do Abrigo Manoel Cartucho equipamento de alta complexidade visando disponibilizar material necessário para a realização da alimentação e propiciar melhor atendimento aos usuários.

A aquisição de novos utensílios visa que a Assistência Social faça a implementação e/ou renovação dos mesmos, e continue tendo seus atendimentos com qualidade e também enriquecendo os serviços ofertados em favor de um público que sofre violações de direitos, necessitando de melhor qualidade de vida.

A aquisição é necessária para melhorar a oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial, que é responsável pelo atendimento aos indivíduos e famílias em situação de violação de direitos. Este serviço será ofertado no equipamento, Abrigo Provisório Manoel Cartucho. Deste modo, optamos por utilizar o espaço do Abrigo Provisório Manoel Cartucho, devido ao amplo espaço físico. A aquisição destes utensílios são fundamentais para enriquecer e dar mais qualidade aos atendimentos, como também oportunizando aos usuários e a melhoria de estrutura física e melhoria nos serviços ofertados pela Assistência Social, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS).

Vale ressaltar, que a planilha de necessidades para implantar a cozinha industrial, leva em consideração à movimentação volátil do público atendido.

Os dados da Vigilância Socioassistencial apresentados indicam que a quantidade de pessoas em situação de rua se desdobra em atendimentos diários, visto o funcionamento dos serviços ocorrerem de domingo a domingo.

Os acolhimentos institucionais para adultos e famílias acolheram 586 pessoas ao longo do ano de 2020. Portanto, com os dados fornecidos pela Vigilância Socioassistencial, através do Relatório Mensal de Atendimento (RMA), justifica-se a aquisição de Utensílios para implantação da cozinha industrial.

3.0- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES ESTIMADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
Item 1 EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAÇAROLA - PANELA LINHA HOTEL INDUSTRIAL N°50- 41 LITROS. Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	01
Item 2- EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAÇAROLA - PANELA GRANDE INDUSTRIAL ALUMÍNIO N° 36/ 16,3 LITROS. Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	02
Item 3 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAÇAROLA - PANELA LINHA HOTEL EM ALUMINIO N° 26 (6 Litros) . Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	03
Item 4 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAÇAROLA - PANELA LINHA HOTEL EM ALUMINIO N° 30 (10 Litros) . Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	03
Item 5 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CALDEIRÃO - PANELA GRANDE INDUSTRIAL ALUMÍNIO N° 40 - 49 LTS. Em alumínio polido industrial, linha hotel. Com tampa e pegador de tampa no mesmo material. Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	01
Item 6 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAIXA PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 1,5 LITROS. Caixa plástica branca: C 280 x L 170 x A 50, em polietileno branco virgem; Utilizadas como caixas para alimentos, caixas plásticas para freezer e caixas plástica para câmara frigorífica	UNID	02
Item 7 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAIXA PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 3 LITROS, Caixa plástica branca: C 330 x L 230 x A 60 mm. em polietileno branco virgem; Utilizadas como caixas para alimentos, caixas plásticas para freezer e caixas plástica para câmara frigorífica	UNID	02
Item 8 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CAIXA PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 11 LITROS – CAIXA PARA ALIMENTOS, Caixa plástica branca: C 390 x L 280 x A 130 mm. em polietileno branco virgem; Utilizadas como caixas para alimentos, caixas plásticas para freezer e caixas plástica para câmara frigorífica	UNID	03
Item 9 -EXCLUSIVO	CAIXA PLÁSTICA PARA ALIMENTOS 6 LITROS, Caixa	UNID	02



Comissão	Fls.: 94
Processo N°	Rubrica: 45

(ART.48, I, LC N° 123/06)	plástica branca: C 390 x L 280 x A 75 mm. em polietileno branco virgem; Utilizadas como caixas para alimentos, caixas plásticas para freezer e caixas plástica para câmara frigorífica		
Item 10 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	COLHER PARA SERVIR EM AÇO INOX 35,8 CM Aproximadamente 35cm de altura, em aço inox AISI 304, liga 18/10, atóxico, com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão.	UNID	04
Item 11 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CONCHA LINHA HOTEL N° 15 EM ALUMÍNIO, Concha em alumínio polido n°15 linha hotel, feita em alumínio de primeira, qualidade, forte, higiênico e resistente;-medidas: comprimento total: 58cm; comprimento do cabo: 41cm; diâmetro da concha: 15cm	UNID	02
Item 12 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	COLHER DE MESA SOPA AÇO INOX, Em aço inox AISI 302. Medindo 20cm (C) x 4,5cm (L) x 2,3cm (A). com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão.	UNID	24
Item 13 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	COPO PLÁSTICO 380ML, medindo 7,6 cm x 11,2 cm altura (380 ml), Produzido com alta resistência mecânica e térmica. Copo plástico transparente em polipropileno pp, copo normatizado conforme abnt 14865:2012. Selo Inmetro	UNID	24
Item 14 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	CHALEIRA INDUSTRIAL N°24, 7 LITROS. Chaleira inox industrial n° 24 com alça baquelite capacidade 7 litros.	UNID	02
Item 15-EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	ESCUMADEIRA BUFFET EM INOX 32CM. Escumadeira em aço inox; Feito 100% em aço inox, não enferruja, Comprimento total: 32cm.	UNID	03
Item 16 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	ESCUMADEIRA AÇO INOX 51CM INDUSTRIAL, Escumadeira Aço Inox quadrada, cabo com alça, Largura-13cm Altura- 51cm, Material- Aço Inox.	UNID	01
Item 17 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	FACA PROFISSIONAL 8 POLEGADAS CABO BRANCO, Cabo de polipropileno texturizado. Lâmina de aço inox DIN 1.4110. Medida aproximada: 33,7cm (C) x 4,6cm (L) x 2,2cm (A). Ideal para corte de carnes em geral.	UNID	03
Item 18-EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	FACA PROFISSIONAL 5,7 POLEGADA CABO AMARELO PARA DESOSSAR, Cabo de polipropileno texturizado. Lâmina de aço inox DIN 1.4110. Medida aproximada: 25,2cm (C) x 3,6cm (L) x 1,9cm (A). Ideal para desossar carnes.	UNID	02
Item 19 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	FACA DE COZINHA RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL 06 POLEGADAS EM INOX, Cabo de polipropileno texturizado. Lâmina de aço inox temperado. Ideal para descascar, cortar e picar alimentos. Medida aproximada: 29,0cm (C) x 4,5cm (L) x 1,9cm	UNID	03
Item 20-EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	FACA DE MESA GRANDE AÇO INOX, Em aço inox AISI 302. Medindo 22cm (C) x 2cm (L) x 2cm (A). com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão.	UNID	24

Item 21 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	KIT 3 FRIGIDEIRAS DE ALUMÍNIO INDUSTRIAL – Linha hotel, cabo de baquelite (resina quimicamente estável e resistente ao calor). N° 26(2,4L)/28(2,8L)/30(3,8L).	KIT	01
Item 22 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	GARFO DE MESA GRANDE AÇO INOX, Altura/comprimento: 197mm. Espessura: 2,00mm. em aço inox AISI 304, liga 18/10, atóxico, com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão.	UNID	24
Item 23 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	PASSADOR DE ARROZ N°50 ESCORREDOR INDUSTRIAL LINHA NACIONAL. Em alumínio polido industrial, Com alças bilaterais reforçadas em alumínio polido.	UNID	01
Item 24 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL ALUMÍNIO 20 L. capacidade mínima para 20litros. Confeccionada em alumínio polido, com fechamento externo, asas permitindo a abertura e fechamento, assim como o manuseio, válvula de segurança repetitiva que deverá atuar caso haja entupimento no pino de saída de vapor; janela de segurança que funcionará caso a pressão interna da panela se eleve acima do normal(No caso de obstrução simultânea do pino de saída de vapor e da válvula repetitiva, a borracha de vedação saíra parcialmente pela janela na lateral da tampa, aliviando a pressão interna) travas de segurança (sistema de encaixe entre as abas do corpo e a tampa que impendem a abertura da tampa enquanto houver pressão interna; mola de segurança (que impeça que a panela adquira pressão antes de estar totalmente fechada com os cabos sobrepostos) Condições de funcionamento e segurança adstritas às normas da ABNT,NBR e aprovada pelo selo do INMETRO	UNID	01
Item 25 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	PRATO FUNDO - VIDRO - Liso nas partes internas e externas, formato arredondado. Pigmentação homogênea em toda peça, acabamento polido brilhante, resistente a temperatura. Volume: 600 mL. Cor padrão: branco.	UNID	24
Item 26 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	TÁBUA DE CORTE POLIETILENO 45CM C/ CANALETA composição: polietileno medidas aprox.: 45cm x 25cm	UNID	02
Item 27 -EXCLUSIVO (ART.48, I, LC N° 123/06)	Kit C/ 12 PRATO FUNDO BRANCO REFEIÇÃO, Plástico Polipropileno 25cm, com abas: em polipropileno, com abas, empilhável. Liso nas partes internas e externas, formato arredondado. Pigmentação homogênea em toda peça, acabamento polido brilhante, resistente a temperatura de 100 Celsius por 20 minutos. Volume: 600 mL. Cor padrão: branco.	UNID	05

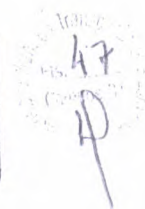
Obs: O quadro acima foi feito com base na especificação mínima do item, informado pelo Departamento requisitante, para que fosse feita a cotação prévia de mercado e chegarmos ao descritivo da proposta de preços, definido conforme a Lei Complementar 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

4.0- FORMA DE AQUISIÇÃO/ LICITAÇÃO

Licitação na modalidade Pregão Presencial nos termos das Leis nº. 10.520, de 2002 e 8.666 de 1993.



Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 96
	Rubrica: [assinatura]
Processo Nº	



5.0- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto deste Termo de Referência será custeado através de recursos das seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Programa de Trabalho: **08.244.0102.4073.0000**

Natureza de Despesa: **339030**

Fonte de recurso: **224**

6.0- DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do objeto será de forma integral, conforme Lei 8.666/93.

7.0- PRAZO DE ENTREGA

O prazo previsto para entrega dos materiais, objeto deste Termo de Referência, é de 15 (quinze) dias.

8.0- LOCAL DE ENTREGA

8.1. Os materiais deverão ser entregues no Abrigo Provisório Manoel Cartucho, situada na Avenida José Alves de Azevedo, nº 579, Parque Rosário, Campos dos Goytacazes/ RJ.

8.2. A entrega dos materiais deverá ser agendada, pelo telefone (22)9 8168-6313, junto ao setor de Patrimônio, para que possa ser feito o acompanhamento da entrega.

8.3. No ato da entrega, o prazo de garantia mínima dos equipamentos deverá ser de 12 (doze) meses.

8.4. O prazo de fornecimento dos materiais será de 15 (quinze) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dias útil seguinte após o do recebimento pela contratada da autorização do fornecimento.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em 1 (uma) via, na data de entrega do material, para fins de liquidação e pagamento. A nota fiscal deverá conter: descrição dos materiais, número de contrato, número da nota de empenho e dados bancários, e por se tratar de convênio federal os dados referentes ao número e objeto do convênio a serem fornecidos pela SMDHS (não serão aceitas NF's sem as informações do convênio).

9.2- A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

9.3- O pagamento será efetuado à medida que os fornecimentos forem realizados no 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas.

9.4- A CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato;

9.5- O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações definidas neste Termo de Referência não excluem as demais obrigações de caráter geral previstas em lei. São obrigações da Contratada:

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se for o caso;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 02 dias úteis, a contar da comunicação do fato, o objeto com avarias ou defeitos;

10.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas cláusulas do futuro Contrato;

11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

11.3. Comunicar à CONTRATADA, com antecedência razoável, quaisquer ocorrências para que procedam aos reparos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do contrato;

11.4. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do fornecimento e as cláusulas contratuais deste instrumento, nos termos da Lei nº 8.666/93.

11.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado com firma reconhecida, comprovando que a licitante forneceu materiais semelhantes ao objeto deste edital.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

As normas disciplinadoras deste Termo serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança.

A CONTRATADA deverá conhecer todo o Termo disposto acima para evitar o descumprimento e/ou inexecução de obrigações contratuais alegando desconhecimento de informações.

Campos dos Goytacazes, 12 de agosto de 2021.

Ana Paula Manhães Barreto
Gerente de Compras
Matr. 40324

Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Humano e Social
Matrícula: 40.442